

DEPOIS DE CHICAGO, A CAMINHO DE LADO NENHUM

O Jornalismo faz hoje parte de uma poderosa indústria de conteúdos. Integrando esse vasto mundo da comunicação, a informação compete com outros géneros discursivos – como o entretenimento, a publicidade ou o marketing – pela atenção e preferência das audiências. O Jornalismo tem revelado, neste processo, uma extraordinária capacidade de adaptação. Entre os primórdios da profissão e os múltiplos produtos *prêt-à-porter* que hoje são oferecidos, houve um desvirtuamento ou apenas uma evolução natural? Como se articula o ensino do jornalismo nas universidades com a prática efectiva das redacções? Este texto lança várias interrogações sobre o presente e o futuro do Jornalismo, a partir de um «momento de ouro» ou uma «oportunidade perdida» na sua história: quando, em Chicago, nas primeiras décadas do século xx, Jornalismo e Sociologia andaram quase de mãos dadas.

A Sociologia praticada pela «Escola de Chicago» constituiu-se como uma disciplina universitária virada para a observação e análise do mundo contemporâneo. Esse desejo de conhecimento não deixou, porém, de corresponder a uma interpelação ética. Chicago foi uma das cidades norte-americanas que conheceu uma expansão mais acelerada a partir da segunda metade do século xx.

Tendo-se transformando no centro de múltiplas indústrias, desde os famosos matadouros até aos caminhos de ferro, siderurgia e têxteis, a cidade atraiu milhares de imigrantes, primeiro europeus e depois, a partir de 1914, negros vindos dos Estados rurais do Sul do país.

A distribuição de riqueza recobriu rapidamente este rede complexa de pertenças étnicas

Carla Batista

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

e culturais, com os melhores empregos e remunerações a serem distribuídos em função da coesão do grupo e da eficácia das suas estratégias de auto-promoção e de vinculação ao lugar de chegada.

A cidade fervilhava de problemas que, de tão novos, recebem apenas uma designação genérica: são os «problemas «urbanos» – conflitos étnicos ligados a disputas de classe e *status*, pobreza crónica de uma parte da população, vastos subúrbios onde grassa a violência e a delinquência juvenil. Que grande cidade existe hoje sem esta amálgama de contradições?

Mas em Chicago, no quase século que decorreu entre o início da industrialização, a partir de 1840, e a consolidação desse ciclo, por volta de 1920, os conflitos foram tão agudos, intensos e violentos, que originaram a criação de movimentos sociais importantes: correntes anarquistas e socialistas ligadas ao mundo operário, o movimento progressista e, mais tarde, também será palco de lutas importantes pela emancipação das minorias, nomeadamente os negros e as mulheres.

A Universidade de Chicago, contemporânea de todos estes movimentos de luta e reforma social, nasce bem no epicentro destes conflitos: os seus professores vivem embrenhados na vida da cidade e, desde o início, a Universidade cria um departamento de Sociologia que vai lançar um olhar original sobre esse admirável mundo novo do trabalho, da indústria, das greves, dos sindicatos e dos bairros operários.

O primeiro presidente da Universidade, William Rainey Harper, antigo professor de semiologia em Yale, estabelece uma relação privilegiada com o principal financiador e mecenas da instituição: o multimilionário Rockefeller.

O objectivo era criar uma Universidade capaz de competir com as grandes da Costa Leste dos Estados Unidos mas com um modelo de funcionamento original: Harper deseja enraizar a sua Universidade na malha local e define um modelo de ascensão na carreira académica onde o mérito é avaliado pela qualidade da pesquisa desenvolvida pelos professores, chegando mesmo a dispensá-los totalmente das funções docentes para se consagrarem inteiramente à investigação.

Os departamentos são encorajados a criar revistas de divulgação científica, promovem-se as equipas de investigação, estimula-se a parceria entre as diferentes disciplinas sociais, algumas, como a Sociologia, ainda tacteando à procura do seu objecto de estudo.

O primeiro director do departamento de Sociologia, Albion Small (1854 – 1926), insiste na importância da pesquisa empírica, da observação e na utilização do método indutivo. Em Chicago, a Sociologia vira-se para os problemas concretos e desenvolve métodos de inquérito e recolha de informação junto das classes populares, que constituem a «matéria-prima» da maioria dos estudos.

O movimento de inquérito social, cujos resultados serão divulgados em publicações como o *American Journal of Sociology* ou a revista *Survey*, obriga à convivência e proximidade entre investigadores e investigados – os estudantes que vão recolher os dados, testemunhos e histórias de vida instalam-se frequentemente junto das comunidades de operários, jovens e outras populações-alvo, numa atitude que tinha tanto de devassa como de genuíno esforço de intercompreensão.

O inquérito assenta em duas crenças: a de que é necessário coleccionar um grande número de dados empíricos antes de abordar teoricamente o problema; a de que os problemas sociais não existem apenas para serem estudados, mas também para serem solucionados.

A Sociologia da «Escola de Chicago» propõe soluções, mistura a ciência com a Política. Ou, dada a proveniência religiosa de muitos dos seus professores, pastores protestantes ou baptistas, talvez fosse melhor dizer que misturava a ciência com uma visão progressista e solidária do mundo.

A entrada de Robert Park para o departamento de Sociologia, em 1912, no início com um estatuto ambíguo de conferencista (*professional lecturer*) e um salário insignificante, é paradigmática dessa vontade de estruturar a avaliação de um fenómeno social no conhecimento prévio do terreno.

Robert Park é recrutado por causa da sua experiência de jornalista de investigação, que exerceu em vários jornais de Minneapolis, Detroit e Nova Iorque. Começa por dar um curso trimestral sobre «Os negros na América» e acaba tornando-se *full professor* e uma das figuras mais importantes da Escola de Chicago.

Enquanto jornalista, habituou-se a olhar para as cidades, não como lugares geográficos, mas como «organismos sociais». Treinou sempre o seu olhar da realidade social como o de um observador exterior interessado em explorar as motivações da acção humana, desenvolvendo-se no interior de grupos em relação.

Mais do que elaborar sobre a Sociologia praticada por Robert Park, nomeadamente a sua muito repetida fórmula – «a sociedade como interacção» – interessa-nos, neste artigo, desenvolver os contributos de um certo tipo de jornalismo para um certo tipo de sociologia.

Hoje, são disciplinas divorciadas. A Sociologia tem os seus créditos académicos e científicos firmados, deixou de ser o parente pobre das ciências sociais e alcançou mesmo um estatuto de parceiro importante ao serviço da definição das políticas.

O Jornalismo desistiu, aparentemente, da sua (sempre precária) vocação universitária. A interpelação crítica e quase filosófica sobre o fazer jornalístico que atravessa as licenciaturas em ciências da comunicação, raramente se materializa na realidade das redacções.

Os estudantes universitários de Jornalismo são, neste momento, o fole que une dois mundos separados – presos entre uma cátedra que exige originalidade, espírito crítico, capacidade de reflexão e de síntese; e os locais de trabalho, que premeiam os desempenhos na base de critérios de velocidade, sucesso na integração nas regras corporativas da profissão (uso de uma linguagem comum, a adopção de definições consensuais em torno de conceitos-chave, como notícia, objectividade, géneros jornalísticos e a harmonização das expectativas em relação ao que é e o que faz um jornalista), além da aceitação e promoção da cultura organizacional da empresa empregadora.

É evidente que nada disto se pode ensinar na Universidade. Mas, por outro lado, os jovens iniciados na profissão precisam desesperadamente de conhecer e dominar estas regras. O dilema não seria irresolúvel se as redacções providenciassem uma atmosfera integradora e de acolhimento, na base de um modelo de tutoria, em que profissionais mais velhos são simultaneamente responsáveis, avaliadores e iniciadores dos mais novos, como se faz, por exemplo, em Medicina.

Na realidade, o jovem jornalista estagiário depara-se normalmente com uma redacção dividida em compartimentos relativamente estanques e com métodos de trabalho fortemente individualizados, em que cada um compete com todos por sucesso e visibilidade.

Ele/Ela aprende rapidamente a desenvolver estratégias de «defesa e ataque», que passam pela dificuldade em reconhecer os erros praticados (porque se pagam caro) e pela substituição da reflexão pelo pragmatismo (não há tempo nem espaço para a primeira e o segundo é o que todos esperam e desejam).

A Universidade estimula a fazer a revolução, no sentido em que alimenta o ideal utópico do jornalismo como actividade de transformação positiva do mundo. A Redacção exige apenas textos

curtos com *leads* e títulos apelativos. A Universidade questiona valores como a objectividade, o acontecimento, a narrativa jornalística, as regras de construção da linguagem jornalística. A Redacção não perdoa hesitações na adopção destes critérios, elevando-os a um conjunto de fórmulas padronizadas de fácil aplicação.

A Universidade ensina metodologias de pesquisa de informação e de investigação em ciências sociais. A Redacção penaliza quem perde demasiado tempo a compilar e verificar informação. A Universidade problematiza a relação com as fontes de informação, denuncia acordos e relações privilegiadas com determinados actores sociais em detrimento de outros, critica a bipolarização no tratamento dos acontecimentos, acusa e menospreza as estratégias de espectacularização e dramatização dos factos e das personagens. A Redacção distribui prémios e benesses a quem mantém com as fontes de informação relações de quase intimidade, que se traduzem em «cachas» e «furos».

A lista de contradições entre um e outro modo de pensar e funcionar é interminável. Não vamos dizer que uns são «bons» e outros são «maus». Mas também não vamos ignorar o mar de interrogações e frustrações que elas geram em alunos e professores.

Para já não falar nos jornalistas que, na maioria dos casos, desistiram de se interrogar, demasiado ocupados com vidas profissionais que se tornaram infernais: longuíssimas jornadas de 10 e 12 horas de trabalho/dia, exigência de polivalência e versatilidade na utilização de artefactos técnicos, perda de poder e até de capacidade de diálogo com as administrações das empresas, enfraquecimento das estruturas reivindicativas e de identidade da profissão, perda de controlo sobre os conteúdos finais, menor independência editorial. E, como se não bastasse, salários francamente baixos e desajustados em relação às exigências e responsabilidades da actividade.

A Universidade também se afastou do modelo de Chicago, que referimos no início deste texto. Como seria maravilhoso que cada uma das nossas universidades fizesse uma «escola», como houve, em tempos, a Escola de Chicago, a Escola de Palo Alto, a Escola de Frankfurt, a Escola de Birmingham e tantas outras. Isso significaria um grupo de investigadores coeso, unidos por preocupações comuns e, sobretudo, construtores de um corpo de conhecimentos suficientemente sólido e coerente para fecundar em gerações posteriores.

Vacilando entre um modelo pretensamente elitista e conservador de transmissão do saber, e a massificação e democratização dos cursos superiores, vivendo com carências técnicas, humanas e financeiras, a Universidade também está, como todas as restantes instituições do passado, em profunda crise.

Mas enunciar a crise, há tanto tempo identificada, não constitui nenhuma originalidade. O importante é que cada um, com as ferramentas e linguagens dos respectivos campos de trabalho, ou inventando outras, se for necessário, faça a epistemologia da sua disciplina. É um brevíssimo esboço desse projecto que, embora tardiamente no texto, nos propomos realizar aqui.

Temos, para tal, de definir um conjunto de problemas. Entre os vários possíveis, há duas interrogações que nos parecem muito pertinentes: Como se faz Jornalismo? Para que serve o Jornalismo? A primeira pergunta questiona as condições de produção da profissão. A segunda visa os seus fundamentos éticos, legais, históricos, sociais e filosóficos.

Nas respostas às duas perguntas, o Jornalismo surge como um discurso anacrónico, que não se deixou abalar pela crise da pós-modernidade: quando por todo o lado vacilaram os conceitos (a verdade, o sujeito), lá temos o jornalista, inabalável na sua convicção de que pode ser a

testemunha perfeita (ver e ouvir para contar depois sem interferências, oferecendo-se como lugar de mediação absoluta).

O que é uma testemunha? – o fotógrafo James Nachtwey disse uma vez que, tendo começado por ser um fotógrafo de guerra, acabou transformando-se num fotógrafo anti-guerra. A diferença é apenas de ordem moral: «Um fotógrafo de guerra pode proceder de duas formas: registar o que vê com um olhar neutro, ou fazer dele uma crónica partidária. Ao contrário, um fotógrafo anti-guerra é antes de mais nada uma testemunha. É um caso em que não se pode sequer conceber a neutralidade, nem tão pouco uma tomada de partido. O fotógrafo anti-guerra toma o partido das vítimas, por outras palavras, o de todos os que estão caídos por terra. A tarefa do fotógrafo anti-guerra consiste em ver em nome dos outros homens; em substituir as estatísticas por casos específicos e opor o preço pago pelos indivíduos às justificações ideológicas; em recensear as características humanas das vítimas; em tornar o sofrimento tangível de tal forma que aqueles que vivem longe não o possam ignorar nem desculpar (...)» (Nachtwey: 2002).

Numa altura em que se chegou a falar da morte do jornalismo de guerra, porque a própria guerra mudou – é tecnológica, pode ser seguida através dos écrans de computadores – a morte de muitos jornalistas nas diversas frentes de batalha demonstra como o valor testemunhal (esse estar lá) ainda é mais importante do que a sua competência técnica – de *assembler*, de mediador dos vários discursos, subordinado às agendas dos promotores de eventos, um mero gestor dos espaços e das hierarquias dentro do campo informativo.

Partindo do pressuposto de que a condição de testemunha (ainda) é vital para o jornalista, importa interrogar o lugar onde este se situa face à realidade que observa. Surgem duas teses mais ou menos dominantes:

- o objectivismo, no qual a realidade social *aparece* como um dado *a priori* que o jornalista deve observar e reproduzir fielmente;
- o construtivismo, em que a informação é uma construção e a notícia um processo (e não um espelho do real), condicionado pelas representações do jornalista, pelos constrangimentos organizacionais da sua profissão, pelas determinantes económicas e culturais, etc.

Jay Rosen, num artigo intitulado «Para além da objectividade», critica a ideia de objectividade como «separação» – na tradição anglo-saxónica, separação entre opinião e informação, entre factos e comentários – preferindo a ideia de objectividade como contextualização, tal como vem definida na *Declaração de Princípios* da Unesco : «A tarefa primordial do jornalista consiste em servir o direito do povo a uma informação verdadeira e autêntica através de uma ligação honesta à realidade objectiva, colocando conscientemente os factos nos seu contexto adequado, evidenciando as suas relações essenciais, sem levar a distorções, desenvolvendo toda a capacidade criativa do jornalista, de forma que o público receba um material adequado que lhe permita formar uma imagem precisa e coerente do mundo» (citado por Mesquita, 2002: 31)

Mais do que «descartar» estas questões, como se estivessem resolvidas em definitivo, o Jornalismo deve interpelá-las directamente e reflecti-las, pensando, nomeadamente:

- a liberdade do jornalista para enquadrar e tratar o tema;
- o envolvimento com os outros sujeitos;
- o envolvimento com as causas;
- o equilíbrio entre proximidade e distância.

Um jornalismo que reflecta sobre estes temas é um jornalismo que busca a sua ética. O que é um jornalismo ético?

Deni Elliot apela para que os jornalistas considerem a moralidade do agente e não das acções. Um jornalismo que se limite a seguir os códigos deontológicos, livros de estilo e lei de imprensa é seguramente não ético. Organizações mediáticas responsáveis são algo de bom em si (porque criam as condições para um jornalismo ético), mas não chegam para assegurar um jornalismo ético (no sentido desta autora, ético significa comprometido com a comunidade).

As liberdades constitucionais e as limitações presentes nos estatutos, códigos deontológicos e outros documentos fornecem critérios ou balizas mínimas para a actuação dos jornalistas. A lei diz-lhes o que podem fazer sem reacear o castigo/punição e o que não devem fazer a não ser que estejam dispostos a enfrentar as consequências judiciais por essas acções.

A ética diz-nos o que devemos fazer, e não há necessariamente um castigo ou uma recompensa associado a uma obrigação ética ou moral. A maioria das decisões tomadas pelos jornalistas (publicar ou não uma foto potencialmente embaraçosa para alguém, revelar determinada informação, escolher o ângulo de abordagem de uma determinada notícia) escapam ao *scope* da lei.

Mesmo numa sociedade sem lei ou num Estado que não é de Direito, mantêm-se as obrigações éticas. A lei não pode servir de sustentáculo ou base para a ética.

Deni Elliot propõe um princípio ético: «não causar mal desnecessário» (Elliot, s.d: 37). Instituições poderosas (Estado, família, tribunais) sempre causam mal, mas tendo em vista a obtenção de um bem maior. É preciso que o mal causado seja em consciência e ponderado. O jornalista deve sempre perguntar-se: «Vale a pena causar este mal»?

Neste pressuposto da ética há uma espécie de princípio «ecológico» de jornalismo, no sentido do apelo ao regresso de uma natureza primordial em que o jornalista se encontra de novo só com os seus sentidos, o seu talento, a sua inteligência, a sua memória e vai descobrir a sua comunidade, contribuindo com o seu saber e competências próprias para melhorar a vida dessa comunidade, promovendo os valores da democracia, da justiça, da solidariedade, da transparência e tendo sempre presente que as notícias não são acontecimentos, mas processos sociais.

E qual é a diferença? Talvez a maior diferença resida no entendimento que cada uma das abordagens dá ao conceito de verdade, um dever fundamental do jornalismo.

A missão geral da imprensa consiste em informar o cidadão para que este possa formar a sua opinião sobre temas estruturantes para o exercício da cidadania e a participação política.

Mas a notícia, pela sua natureza, não reflecte mais do que uma parcela ou fragmento da realidade. A notícia assinala um acontecimento, nunca nos dá a totalidade desse acontecimento.

Na visão da notícia como acontecimento, verdade quer dizer, sobretudo, exactidão – ser exacto e rigoroso nos detalhes, nas coordenadas, nos intervenientes, na ordem dos factos. A verdade jornalística é, neste caso, positivista.

Na visão da notícia como processo, a verdade supõe uma procura, uma revelação de factos ocultos, uma relação entre esses factos – dar uma ordem ou construção do sentido que faça emergir uma imagem da realidade. A verdade jornalística é, neste caso, apenas a verdade possível.

Quando o jornalismo só privilegia a observação, o estar lá, o ver – em detrimento da interpretação, da contextualização, da análise – a realidade perde sentido. O jornalismo é uma actividade de busca de um sentido que não é dado, não existe na natureza em estado puro, tem de ser construído.

O jornalista goza de uma liberdade enquadrada, mas real : «uma liberdade de recusa e de proposta», segundo Daniel Cornu. É esta liberdade que lhe atribui poder: «É unicamente pela afirmação da sua liberdade, apoiada na demonstração das suas competências – elemento evidentemente decisivo – que o jornalista traça as fronteiras do seu território» (Cornu, 1999: 267).

É justamente porque é um homem livre, que o jornalista também está comprometido. Abdicar do compromisso ético é abdicar da liberdade. É perder poder. É, no fundo, o que está a acontecer ao jornalismo.

A «ligação honesta» com a realidade foi-se perdendo. O interesse humano e a proximidade, aliado ao rigor dos métodos de recolha de informação, que animava o olhar dos sociólogos de Chicago, deixou de ser interessante. Universidades e jornais afastaram-se da cidade e dos seus habitantes. O território do jornalista foi invadido por dezenas de outros discursos e profissões. Há quem se vá inquietando e propondo alternativas aos modos actuais de fazer jornalismo. Mas, se tivéssemos de fazer uma notícia sobre isso, não passaria de um *fait-divers* irrelevante e inconsequente, remetido para um obscuro quarto de baixo de página.

Bibliografia

- Chapoulie, Jean-Michel, (2001), *La Tradition Sociologique* de Chicago 1892-1961, Seuil, Paris.
- Cornu, Daniel, (1999), *Jornalismo e Verdade*, Instituto Piaget, Lisboa.
- Elliot, Deni, (s.d.), *Jornalismo versus Privacidade*, Nórdica, Rio de Janeiro.
- Mesquita, Mário, (2002), «Envolvimento e distanciamento na conduta do jornalista» in JJ (Jornalismo e Jornalistas), número 10, Abril/Junho 2002, pp. 20-31.
- Nachtwey, James, apresentação da exposição patente na Culturgest entre 15 de janeiro a 30 de Março de 2002, galeria 1, em Lisboa.
- Rosen, Jay, (2000), «Para além da objectividade», in Nelson Traquina (org.), Revista de Comunicação e Linguagens, número 27 (Jornalismo 2000), Lisboa, Relógio d'Água, Março de 2000, pp. 139-150.